

Brasil pode prolongar moratória

Divida Externa

Montevidéu — A suspensão do pagamento dos juros da dívida externa do Brasil "pode prolongar-se" se as negociações com os credores não prosperarem, disse ontem em Montevidéu o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Abreu Sodré. Em entrevista concedida à AFP, o chanceler, que participa de uma reunião ministerial em Montevidéu, da Associação Latino-americana de Integração, afirmou que a interrupção dos pagamentos foi decidida inicialmente pelo prazo de 90 dias, para "começar as conversações" com os bancos credores. Contudo, informou que esse prazo pode "estender-se" e assinalou que "o poder da palavra e dos ideais podem fazer diminuir os 90 dias para 60, como podem passar de 90 a 120 dias".

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse na quarta-feira em Brasília, após viagem aos Estados Unidos, Europa e Japão, que o reinício do pagamento dos juros da dívida externa brasileira se resolverá somente "quando houver compreensão mundial sobre o problema". Referindo-se à viagem do

ministro Funaro, Abreu Sodré admitiu que "ao se iniciar uma conversação depois de uma medida como a adotada pelo Brasil, o balanço não pode ser imediatamente positivo", mas augurou que "o tempo trará bons resultados".

Abreu Sodré precisou ontem em Montevidéu que a "questão da dívida externa é um caso exclusivo de cada país" e advertiu que "a posição de uma nação não pode obrigar outra a tomar as mesmas medidas". "As condições são diferentes em relação à quantidade

da dívida, o valor dos juros, os prazos e as condições para a recuperação econômica", mas esclareceu que a decisão do Brasil "pode servir a outros países". O chanceler reiterou que a suspensão dos pagamentos não significa "um rompimento com os países credores" e sim responde a um problema de "sobrevivência", porque "não podemos pagar, como nos últimos cinco anos, 64 bilhões de dólares".

O ministro disse ter colocado a seus colegas latino-americanos em Montevidéu o problema brasileiro e assegurou que "eles compreenderam perfeitamente nossa posição". Afirmou que seu governo "veria com bons olhos" a possibilidade de os demais países da região adotarem medidas de caráter solidário com a decisão brasileira, mas salientou que "sobre esse problema, que é de cada país, não se falou com os chanceleres, e o Brasil não poderia pedir essa ajuda". Abreu Sodré negou que o Governo brasileiro esteja prevendo "represálias" por parte dos credores e declarou acreditar "mais num diálogo".



Abreu Sodré